

TERCEIRIZAÇÃO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DO CAPITAL: NOTAS TEÓRICO-CRÍTICAS SOBRE AS MUTAÇÕES ORGÂNICAS DA PRODUÇÃO CAPITALISTA

*Giovanni ALVES**

RESUMO: O objetivo deste ensaio é apresentar elementos teórico-críticos para apreender o processo de terceirização como sendo um traço compositivo da nova configuração do capitalismo flexível no contexto da mundialização do capital. A terceirização visa racionalizar, sob as novas condições da concorrência e acumulação capitalista, a exploração da força de trabalho assalariado no interior de um novo modo de cooperação capitalista: a cooperação complexa, etapa superior da grande indústria sob as condições da revolução informacional.

PALAVRAS-CHAVE: Terceirização. Reestruturação produtiva. Precarização do trabalho. Sindicalismo. Acumulação flexível.

O objetivo deste ensaio é colocar elementos teórico-categoriais para apreendermos, numa perspectiva histórico-ontológica, a natureza essencial do processo de terceirização que atinge a materialidade da produção do capital, no sentido amplo de totalidade social (o que implica considerar não apenas indústria propriamente dita, mas os serviços e inclusive a administração pública). O termo “terceirização” é utilizado neste ensaio como sendo um modo específico de (des) organização de coletivos do trabalho que se caracteriza pela “transferência para uma outra empresa de parte da produção da empresa-mãe, a qual busca concentrar sua produção em uma única e específica atividade, considerada o foco de atuação da empresa”. Por isso, alguns autores denominam a “terceirização” de “focalização”

* UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências – Departamento de Sociologia e Antropologia. Marília – SP – Brasil. 17.525-900 – giovanni.alves@uol.com.br

(BARROS, 2000, p.327). A terceirização visa racionalizar, sob as novas condições da concorrência e acumulação capitalista, a exploração da força de trabalho assalariado.

É importante salientar que a terceirização, no sentido categórico expresso acima, surgiu numa temporalidade histórica específica: o tempo histórico do capitalismo global, caracterizado pela vigência do regime de acumulação flexível e pela crise estrutural do capital. A terceirização adotada pelas organizações capitalistas ocorre no bojo do complexo de reestruturação produtiva do capital sob o espírito do toyotismo (ALVES, 2000, 2011). Deste modo, a categoria de “terceirização”, em comparação, por exemplo, com o *putting-out* da indústria capitalista do século XVIII, possui outra significação histórico-ontológica bastante precisa: ela diz respeito a um processo de ofensiva do capital na produção que reorganiza o espaço-tempo da exploração da força de trabalho assalariado nas condições da crise estrutural do capital.

A terceirização que ocorre no bojo da nova reestruturação produtiva do capital, na medida em que atinge os coletivos organizados do trabalho, tende a promover uma reordenação socioterritorial dos espaços de produção do capital, implicando não apenas a precarização do trabalho no sentido da corrosão de direitos trabalhistas (inclusive no tocante a negociação coletiva) ou degradação das condições salariais dos homens e mulheres que trabalham, mas também a precarização do trabalho no sentido de debilitamento da consciência de classe dos coletivos de trabalho, tendo em vista que desmonta os *locis* de memória pública e experiências pretéritas de luta de classes.

O complexo de acumulação flexível

A terceirização surge no bojo de um novo padrão de acumulação capitalista que iremos denominar de “acumulação flexível” sob o espírito do toyotismo. O impacto sobre o mundo do trabalho é disruptivo. Temos destacado, neste ensaio, um efeito disruptivo essencial: a fragmentação do coletivo do trabalho. O que significa que, indo além da abordagem meramente “economicista” que têm lastreado os estudos sociológicos sobre a terceirização no Brasil, torna-se importante considerar o impacto desta reordenação socioespacial do trabalho sobre a sociabilidade da classe e do homem que trabalha. Isto é, a terceirização é uma estratégia de gestão/manipulação do trabalhador coletivo do capital voltada para a dessubjetivação de classe, possuindo, deste modo, uma função ideológica.

A terceirização é uma das inovações organizacionais mais importantes do capital nas últimas décadas, significando, em si, a fragmentação de coletivos de trabalho visando a racionalização organizacional tendo em vista as novas

condições da concorrência capitalista num cenário de instabilidade da economia de mercado. Possui, deste modo, um significado lógico-funcional às novas condições da acumulação de valor e padrão da concorrência capitalista. Nesse sentido, a terceirização é movida, de imediato, pela redução de custos salariais das organizações capitalistas no sentido da adoção de estratégias meramente defensivas tendo em vista a recomposição das margens de lucro; ou, no caso de repartições públicas que terceirizam serviços, pela racionalização da máquina estatal no contexto da redução de custos orçamentários em virtude da “crise fiscal do Estado”. Entretanto, a “reorganização” da máquina estatal abre espaços para práticas de predação do fundo público que veem na terceirização oportunidades de corrupção da coisa pública (cooperativas fraudulentas, superfaturamento, etc).

Para além da dimensão meramente contingente, a terceirização aparece, no plano imanente da formação do valor, como manifestação necessária de um novo modo de acumulação capitalista: a dita “acumulação flexível” que, em sua dimensão política, é uma ofensiva do capital na produção. A fragmentação do coletivo de classe altera, em sua morfologia social, a dinâmica (e forma de ser) da luta de classes em sua dimensão contingente e necessária.

Assim, para além da estratégia de redução de custos ou técnica de organização da produção, a terceirização é, como temos salientado, uma arma política de luta de classes que visa reestruturar coletivos do trabalho, criando as bases para processos de “captura” da subjetividade do homem que trabalha (ALVES, 2000). Ao fragilizar a representação sindical e política dos trabalhadores assalariados, a terceirização é um dos elementos impulsionadores, em sua materialidade específica, da crise do sindicalismo cuja estrutura corporativa historicamente verticalizada não consegue (ou tem dificuldade) em lidar com a nova materialidade do capital.

Capitalismo flexível

A terceirização, em si e para si, possui vínculos orgânicos com a nova forma de ser do capitalismo flexível. A dita “acumulação flexível”, expressão utilizada por David Harvey, surge como estratégia corporativa que buscava enfrentar as condições críticas do desenvolvimento capitalista na etapa da crise estrutural do capital caracterizada pela crise de sobreacumulação, mundialização financeira e novo imperialismo. Ela constitui um novo ímpeto de expansão da produção de mercadorias e de vantagem comparativa na concorrência internacional que se acirra a partir de meados da década de 1970, compondo uma nova base tecnológica, organizacional e sociometabólica para a exploração da força de trabalho assalariado. Segundo David Harvey, a “acumulação flexível” caracteriza-se a partir do confronto direto com a

“rigidez” do fordismo. Aquela se apoiaria na “[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” e “[...] caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.” (HARVEY, 1992, p.121).

Para Harvey, o conceito de “acumulação flexível” envolveria também rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores (por exemplo, o crescimento do emprego no chamado setor de “serviços”) como entre regiões geográficas (o surgimento de conjuntos industriais completamente novos na “Terceira Itália”, no Flandres, e nos vários vales e gargantas do silício, na Califórnia, e a vasta profusão de atividades em países recém-industrializados). Finalmente, a “acumulação flexível” se caracterizaria pelo novo movimento de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista. Diz ele: “Os horizontes temporais da tomada de decisões privadas e públicas se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado.” (HARVEY, 1992, p.134). Enfim, o conceito de “acumulação flexível”, de acordo com David Harvey, explicaria, segundo ele, o amplo movimento de transformações ocorridas na economia política e cultura do capitalismo mundial que surge a partir da grande crise de meados da década de 1970.

É claro que existe perigo em exagerar a significação da categoria de “acumulação flexível”. Primeiro, uma das características histórico-ontológicas da produção capitalista é estar sempre procurando “flexibilizar” as condições de produção, principalmente da força de trabalho. Um dos traços ontológicos do capital tem sido a sua notável capacidade em “desmanchar tudo que é sólido”, revolucionar, de modo constante, as condições de produção; pôr – e repor – novos patamares de mobilidade do processo de valorização nos seus vários aspectos (MARX; ENGELS, 1998, p.56; MARX, 1996, p.39). Portanto, a produção capitalista é, em si, “acumulação flexível” de valor, que surge ainda em seus primórdios, quando o capital instaura o trabalho assalariado, promovendo a despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida, a separação do trabalhador de seus meios de produção, a separação entre “caracol e sua concha” (MARX, 1996, p.78). O desenvolvimento do trabalho assalariado é, então, a própria fenomenologia de sua peculiaridade ontológica: ser “flexível” às necessidades imperativas do capital em processo.

É por isso que o novo complexo de reestruturação produtiva que surge sob a “acumulação flexível” apenas expõe, de certo modo, nas condições da crise estrutural do capital, o em si “flexível” do estatuto ontológico-social do

trabalho assalariado: por um lado, a sua precarização (e desqualificação) contínua (e incessante) e, por outro lado, as novas especializações (e qualificações) de segmentos da classe dos trabalhadores assalariados. Ao tratar da grande indústria, por exemplo, Marx conseguiu apreender, ainda em seus rudimentos, um dos desenvolvimentos da categoria da flexibilidade sob a grande indústria. Em *O Capital*, Marx afirma que “[a indústria moderna] exige, por sua natureza, variação do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos” (MARX, 1996, p.245). E ressalta ainda, em outra passagem, “[...] a elasticidade que a máquina e a força humana revelam, quando são simultaneamente distendidas ao máximo pela diminuição compulsória da jornada de trabalho” (MARX, 1996, p.251).

Terceirização e o modo de “cooperação complexa” do capital

A terceirização como princípio organizativo da dita “produção flexível” é um dos elementos compositivos do modo de “cooperação complexa” do capital que emerge com a nova reestruturação produtiva que ocorre nos últimos trinta anos. Ela expressa uma nova reordenação do espaço-tempo da produção do capital caracterizada pela constituição da nova organização capitalista flexível, fluida e difusa (BIHR, 1998).

No século XX, a reestruturação produtiva do capital foi marcada pelas inovações fordista-tayloristas que alteraram a morfologia da produção de mercadorias em vários setores da indústria e dos serviços. No campo organizacional da grande indústria, fordismo e taylorismo tornaram-se “mitos mobilizadores” do processo de racionalização do trabalho capitalista. A introdução dos novos “modelos produtivos” foi lenta, desigual e combinada, percorrendo a maior parte do século XX. A produção em massa (ou o fordismo) alterou, de modo significativo, a vida social, transfigurando as condições de produção (e de reprodução) social da civilização humana, atingindo de forma diferenciada países e regiões, setores e empresas da indústria ou de serviços.

O que surge, hoje, com o novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo, é mais um elemento compositivo do longo processo de racionalização do trabalho vivo que teve origem com o fordismo-taylorismo. O toyotismo é a nova ideologia organizacional do capital nas condições do capitalismo global. Ele implica uma reorganização do trabalhador coletivo que iremos denominar de “cooperação complexa”, considerada como nova etapa de desenvolvimento da grande indústria “afetada de negações” (FAUSTO, 1989).

Utilizamos o conceito de “cooperação complexa” não o contrapondo à grande indústria, como “quarta forma social”, como faz Francisco Soares Teixeira, nem o considerando, em seu conteúdo categorial, como “pós-grande indústria”, como faz Ruy Fausto (TEIXEIRA, 1999; FAUSTO, 1989). Pelo contrário, o que se põe com o que denominamos de “cooperação complexa” é a etapa histórica tardia da grande indústria “afetada de negação” no interior da qual se desenvolvem elementos pressupostos negados de uma nova etapa do processo civilizatório humano-genérico.

Ao utilizarmos o conceito de “cooperação complexa” indicamos importantes alterações na morfologia do novo complexo de reestruturação produtiva do capital e na dinâmica sociometabólica da produção do capital decorrentes, por um lado, da revolução informacional, ou melhor, revolução das *redes* informacionais, que possibilitam a rearticulação, na perspectiva da formação do valor, do coletivo fragmentado do capital; e, por outro lado, da nova configuração da luta de classes e da hegemonia pós-fordista de raiz neoliberal sob o estigma da “captura” da subjetividade do homem que trabalha.

A constituição das redes informacionais como nova base técnica da produção de mercadorias tem promovido importantes alterações no processo de trabalho e na produção do capital. Por exemplo, a denominada “empresa em rede” e a constituição do novo trabalhador coletivo flexibilizado alteraram o *modus operandi* do controle do trabalho capitalista.

Com a revolução informacional e as novas possibilidades de constituição de redes e de integração dos sistemas de produção e de serviços como observa Lojkin (1995, p.87),

[...] o controle do trabalho [...] não pode ser limitado às relações entre ‘a fábrica e o cronômetro’, entre operários e chefes ou, ainda, entre a fabricação e a concepção, quando a informática discute, atualmente, as antigas divisões entre todas as funções da empresa (do departamento de estudos aos serviços pós-venda), para não mencionar as relações entre empresa que empreita e sub-empreiteiras, empresa industrial e empresas de serviços (laboratórios de pesquisa, bancos de dados integrados, etc.).

O que Lojkin constata é a expansividade da relação-capital cujo controle sociometabólico não se limita mais ao local de trabalho ou às instâncias da produção propriamente dita, expondo os claros limites gnosiológicos dos estudos da sociologia industrial e do trabalho que se restringem, ao tratarem da reestruturação produtiva, meramente à fábrica ou mesmo à cadeia produtiva propriamente dita (Lojkin nos alerta que a revolução informacional ou a revolução das redes informacionais

coloca em xeque a “fixação dos pesquisadores da sociologia industrial sobre o campo empírico das interfaces diretas homem-máquina, nos estudos consagrados ao trabalho”). Na verdade, as novas “máquinas” informacionais deslocam a problemática da relação interface homem-máquina para relação interface homem-homem (o que expõe, de certo modo, a dimensão crucial dos processos de subjetivação sob a “cooperação complexa”).

Terceirização e metabolismo social do capital

A reestruturação produtiva do capital, além de conceber a produção como totalidade social, integra hoje, com mais intensidade e amplitude e, portanto, numa dimensão qualitativamente nova, inovações tecnológicas, inovações organizacionais e inovações sociometabólicas como momentos constitutivos do “todo orgânico” da produção do capital (a terceirização é um elemento compositivo das inovações organizacionais). Por isso, a necessidade candente da investigação crítica articular, como momentos compositivos inelimináveis da reestruturação produtiva do capital, as dimensões da inovação tecnológica, inovação organizacional e inovação sociometabólica, numa perspectiva de conceber a produção do capital cada vez mais como produção social ou ainda, produção de subjetividade às avessas por meio de novas mediações tecnológico-organizacionais.

Entretanto, a elevação da “unidade orgânica” da produção do capital como totalidade social a um nível qualitativamente novo, nas condições da “cooperação complexa”, ocorre devido não apenas à revolução das redes informacionais, mas à nova configuração da luta de classe e dominação do capital no sistema mundial. Nas condições do capitalismo neoliberal, o capital torna-se uma força social mais dominante que nunca, tanto no sentido da implicação político-estatal, quanto da dominação político-ideológica, expondo, com mais intensidade e amplitude, o “todo orgânico” da produção do capital.

As derrotas históricas das forças sociais e políticas do trabalho, a crise do *Welfare State* e a ofensiva neoliberal nas instâncias político-ideológicas deram ao capital a maior liberdade possível, sem a qual não poderia afirmar-se como sujeito fora e dentro do processo de trabalho. O movimento exacerbado do capital tende a dar um sentido “integrista” à nova racionalização do mundo, que se confunde com modernização e perpassa a totalidade da vida social como instância da produção de valor (pelo menos no plano do discurso ideológico dos valores-fetiches, que obnubilam a intensa irracionalidade social). Nas últimas décadas, o aparato hegemônico neoliberal tem constituído um novo terreno ideológico, que impulsiona uma “reforma das consciências e dos métodos de conhecimento”.

O toyotismo e a “captura” da subjetividade do homem que trabalha é também um “fato filosófico”. É nesse sentido que Gramsci (1984, p.345) nos diz: “[...] quando se consegue introduzir uma nova moral adequada a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma reforma filosófica total”.

Portanto, com a “cooperação complexa” da produção do capital instaura-se uma etapa histórica de intensa socialização da produção social e de agudização das contradições do sistema mundial do capital, em que a linha de demarcação entre as instâncias das inovações tecnológicas, organizacionais e sócio-metabólicas tende a tornar-se ainda mais tênue. Nesse caso, a ideia de produção do capital incorpora a totalidade social com os limites entre produção, circulação, distribuição e consumo tornando-se deveras sutis (nesse caso, as ideias de flexibilidade e integração explicitam, no plano linguístico, alterações materiais ocorridas na forma social da produção do capital). O capital, como categoria social abstrata, torna-se mais efetivo na sua forma de ser. Com a “cooperação complexa” ocorre o movimento de absolutização do capital. Nesse sentido, constitui-se a produção como totalidade social, em que a ideia de rede informacional, que está na empresa, mas também na escola e no lar, aparece como seu lastro tecnológico. As mutações sociomateriais do capitalismo global alteram as determinações categoriais do ser social (ALVES, 2011).

Terceirização e novo trabalhador coletivo do capital

A terceirização nas condições da revolução das redes informacionais instaura, com maior concreção, o trabalhador coletivo do capital, que articula em si, com mais intensidade e amplitude, por meio das redes informacionais, trabalho material e trabalho imaterial. Do ponto de vista da formação do valor, o coletivo do trabalho flexibilizado pela terceirização está mais integrado do que nunca, constituindo um novo trabalhador coletivo do capital.

A categoria de “trabalhador coletivo” aparece, pela primeira vez, no capítulo intitulado “Cooperação” na seção V de “O Capital”, de Karl Marx. O trabalhador coletivo é o trabalhador combinado “[...] que possui olhos e mãos a frente e atrás e, até certo ponto, o dom da unquidade e que faz avançar o produto global mais rapidamente [...]”, é como Marx apresenta o ente social que nasce da cooperação (*concours de forces*, como disse Destutt de Tracy) (MARX, 1996, p.489). A nova potência de forças que decorre da fusão de muitas forças numa força global é um atributo do “trabalhador coletivo”. Marx (1996) salientava que a cooperação permite estender (e estreitar) o tempo-espaco, constituindo pelo trabalhador

coletivo, uma nova força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social.

Marx (1996, p.490) observa que “[...] os trabalhadores não podem cooperar diretamente sem estar juntos, sendo sua aglomeração em determinado local condição de sua cooperação”. Com as redes informacionais tornou-se possível “estar junto” à distância. O trabalhador social ou trabalhador combinado, por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, não apenas estende (ou estreita) o espaço-tempo, mas pode virtualmente suprimi-lo, com a constituição de um novo local de cooperação complexa, o ciberespaço (MARX, 1996).

A escala da cooperação é uma variável da grandeza do capital. “A concentração de grandes quantidades de meios de produção – observou Marx – em mãos de capitalistas individuais é, portanto, a condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados, e a extensão da cooperação, ou a escala da produção, depende do grau dessa concentração.” (MARX, 1996, p.90) O desenvolvimento de uma cooperação complexa decorre do surgimento da grande empresa transnacional de capital concentrado, capaz de articular, numa escala global, pela nova base técnica constituída pela revolução das redes informacionais, formas inéditas de cooperação ou processo social de trabalho combinado (redes de subcontratação constituídas a partir de processos de terceirizações).

A constituição do trabalhador coletivo ou trabalhador combinado significa, em si, o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho ou da força produtiva do trabalho social. O capitalista compra a força de trabalho individual isolada, mas ao fazê-lo cooperar, obtém um “renda relacional” que provém da força combinada não-paga do trabalhador combinado. A força produtiva social do trabalho, segundo Marx, é uma força gratuita que não custa nada ao capital e, por outro lado, não é desenvolvida pelo trabalhador antes que seu próprio trabalho pertença ao capital. Na verdade, como observa ele, “[...] como pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos que entram em contato com o mesmo capital, mas não entre si.” (MARX, 1996, p.520) Na medida em que só começam a cooperar no processo de trabalho como processo de valorização, eles já deixaram “de pertencer a si mesmos”. E destaca: “Como cooperadores, como membros de um organismo que trabalha, eles não são mais do que um modo específico de existência do capital” (MARX, 1996, p.520). Por isso, o trabalhador coletivo aparece como trabalhador coletivo do capital: “A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, portanto, força produtiva do capital.” (MARX, 1996, p.521).

O modo de produção capitalista coloca a necessidade histórica da transformação do processo de trabalho em um processo social. A força produtiva

do trabalho social, como observou Marx, é uma força gratuita, apesar de seu desenvolvimento por meio das redes informacionais ter significado vultosos investimentos em ciência, tecnologia e infraestrutura social. Na verdade, “[...] essa forma social do processo de trabalho apresenta-se como um método, empregado pelo capital, para mediante o aumento da sua força produtiva, explorá-lo mais lucrativamente”. (MARX, 1996, p.521).

No aspecto ontometodológico, a categoria de “cooperação” como modo de organização da produção social possui centralidade na exposição da produção do capital. A “cooperação” é a forma básica do modo de produção capitalista que se repõe em cada etapa de desenvolvimento das formas de organização do trabalho. É por isso que, no livro *O Capital – Crítica da Economia Política*, Marx inaugura a Seção V, em que expõe a produção da mais-valia relativa, com o capítulo XXI, intitulado “Cooperação” (depois ele trataria da “divisão do trabalho e manufatura” e “maquinaria e grande Indústria”). Ao iniciar sua exposição com a categoria de “cooperação”, Marx sugere que a “alma” do complexo de reestruturação produtiva nas empresas é dada pelas inovações organizacionais. Na verdade, a “cooperação” trata de inovações meramente organizacionais na produção de mercadorias, em que o capital, pela nova ordenação espaço-temporal da gestão do trabalho vivo como força de trabalho, constituiria o seu “trabalhador coletivo”.

Portanto, a centralidade ontometodológica da categoria de “cooperação” na exposição da estrutura de produção do capital decorre não apenas de ela ser “forma básica do modo de produção capitalista”, mas ser matriz da categoria de “trabalhador coletivo” do capital, “*élan vital*” da produção de mercadorias, elemento fundamental e fundante do processo de acumulação capitalista. Por isso, na medida em que as inovações organizacionais enquanto forma de reposição da cooperação aparecem como “um método, empregado pelo capital, para mediante o aumento da sua força produtiva explorá-lo mais lucrativamente”, reconstituindo o trabalhador coletivo do capital, elas se tornam inovações axiais em torno do qual se articulam as inovações tecnológicas e inovações sociometabólicas.

Ao reconstituir pelas redes informacionais, o trabalhador coletivo flexibilizado pelos processos de terceirização, o capital integra, com maior intensidade e amplitude, o “todo orgânico” da produção de valor, constituindo uma sinergia capaz de dar um salto espetacular (e inédito) na produtividade do trabalho social, exploração da força de trabalho e extração de mais-valia (é o que tem demonstrado a produção industrial nas últimas décadas).

OUTSOURCING AND FLEXIBLE ACCUMULATION OF CAPITAL NOTES ON THE CRITICAL-THEORETICAL ORGANIC CHANGES OF CAPITALIST PRODUCTION

ABSTRACT: *This essay seeks to provide theoretical and critical elements to see the outsourcing process as a compositional feature of the new configuration of flexible capitalism in the context of globalization of capital. Outsourcing is designed to rationalize, under the new conditions of competition and accumulation, the exploitation of the workforce employed within the new capitalist mode of cooperation: cooperation complex, higher stage of the great industry under the terms of the information revolution.*

KEYWORDS: *Outsourcing. Restructuring of production. Precariousness of work. Unionism. Flexible accumulation.*

Referências

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade:** o “espírito do toyotismo” na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

BARROS, L. A. Terceirização. In: DUARTE, A. et al. **Dicionário da educação profissional.** Belo Horizonte: Fidalgo & Machado, 2000. p.327.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa (o movimento operário em crise).** São Paulo: Boitempo, 1998.

FAUSTO, R. A ‘Pós-Grande Indústria’ nos Grundrisse (e para além deles). **Lua Nova**, São Paulo, v.89, n.19, p.47-67, nov. 1989.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo. Edições Loyola, 1992.

LOJKINE, J. **A revolução informacional.** São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996. Livro 1.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

TEIXEIRA, F. J. S. **O capital e suas formas de produção de mercadorias**: rumo ao fim da economia política. Fortaleza, 1999. Não publicado.

Recebido em: 04/11/2010

Aprovado em: 09/02/2011